**ATA DA DÉCIMA REUNIÃO PARA DISCUTIR A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MOCOCA DE 2006**

**Aos vinte e um dias do mês de julho de 2016, às 19:30hs, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal de Mococa, representantes de entidades e população em geral para discutirem e propor revisão do Plano Diretor de Mococa. O tema, noticiado previamente, constou de convocação no jornal “A Mococa” no dia 16 de julho de 2015 e na página da internet, no site da Prefeitura de Mococa, como “Transporte público, mobilidade urbana, trânsito (sistema viário e circulação). Eu, Márcio Parisi, na condição de representante do Poder Executivo e coordenador dos trabalhos de revisão do Plano Diretor, iniciei os trabalhos lendo o texto que trata sobre o tema e que está em vigor no Plano Diretor. Li também alguns trechos da Lei Federal nº 12.587 de 03.01.2012, que trata da obrigatoriedade e estabelece diretrizes para implantação do Plano de Mobilidade Urbana, que em última análise, pode definir praticamente tudo em relação ao tema. Ante a dificuldade de contratar empresa especializada para elaborar o Plano de Mobilidade urbana, por falta de recursos, foi sugerido que a Prefeitura fizesse contato com Universidades Públicas de Engenharia e/ou Arquitetura, para através de convênio pudéssemos viabilizar a tarefa, que é de suma importância para o município, já que o Ministério das Cidades exige para aprovação de qualquer projeto, o referido Plano. Nas discussões que se seguiram, com participação efetiva de todos, alguns pontos terão necessariamente de fazer parte do novo Plano Diretor, que são: A) Instalação de radares móveis no perímetro urbano de Mococa e distritos, já que estudos do Departamento de Trânsito indicam que há abusos fora do controle, causando muitos acidentes. B) priorizar o transporte coletivo e o transporte alternativo não motorizado. Em relação ao primeiro item, fazer estudo sobre nova licitação, já que o monopólio do transporte coletivo, feito através de ônibus, tem muitas queixas dos cidadãos. Seria também importante constar como diretriz, a inclusão de vans como meio alternativo de transporte coletivo. Ainda sobre este quesito, sugeriu-se que houvesse padronização das cores dos táxis, ou que pelo menos, alguma alternativa que os diferenciasse dos automóveis comuns. Neste quesito, pediu-se a regulamentação das “moto-táxi”, já que com o crescimento da cidade, abriu campo para este tipo de demanda. C) Construção do Terminal Rodoviário, numa localização que permita um número de maior de empresas de transporte licenciadas, e cujo trajeto não utilize as ruas centrais da cidade. D) o Plano de Mobilidade Urbana deverá contemplar todos esses itens, além de trânsito e acessibilidade das pessoas com necessidades especiais, idosos e crianças e manutenção de coberturas nos pontos de transporte coletivo, instalação de mais dois ou três terminais rodoviários urbanos. E) deverá ter uma política específica para a manutenção das coberturas nos pontos de ônibus, priorizando indiretamente o transporte coletivo. Depois de profícua discussão sobre o tema e esgotado o tempo inicialmente programado, eu, Márcio Parisi, que coordenei e secretariei esta audiência pública, encerrei os trabalhos. A lista de presença, com as devidas assinaturas, encontra-se em anexo à presenta ata.**